

16 out 2006

Nº 16

Maiores lucros aumentam dividendos dos bancos públicos

Por Secretaria de Assuntos Econômicos

Os dividendos dos bancos públicos representam vantagem, pois não implicam em ônus tributário à sociedade

A assinatura do acordo com o FMI em

1998 modificou a lógica de condução da política fiscal no Brasil. O maior controle das contas públicas - medido pela obtenção de elevados superávits primários - passou a ser visto como indispensável para a obtenção de credibilidade e consolidação de uma trajetória de crescimento sustentada ao longo do tempo. A necessidade de redução da relação Dívida líquida/PIB tornou-se uma prioridade.

Ao longo do ano de 2006, muito tem se falado do aumento da contribuição dos dividendos pagos pelas empresas estatais ao Tesouro, para o cumprimento

das metas de superávit primário do setor público. O objetivo deste informe é analisar a evolução do pagamento dos dividendos da União ao longo dos últimos anos, questionando particularmente alguns pontos que têm sido colocados no debate, com destaque para os seguintes argumentos: i) o cumprimento do superávit primário estaria dependendo de forma arriscada de receitas extraordinárias, a exemplo dos dividendos; e ii) o aumento do pagamento de dividendos à União estaria estrangulando a capacidade de investir das empresas estatais.

Visão do Desenvolvimento é uma publicação da Secretaria de Assuntos Econômicos (SAE), da Presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. As opiniões deste informe são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente o pensamento da administração do BNDES.

Compreendendo melhor o conceito de superávit primário

O resultado oficial das contas públicas no Brasil é medido pelas Necessidades de Financiamento do Setor Público (NFSP) – também chamadas de déficit nominal ou resultado nominal.

As NFSP correspondem à variação nominal do endividamento do setor público não-financeiro junto ao sistema financeiro, e ao setor privado, doméstico ou do resto do mundo, segundo os critérios do manual de estatísticas fiscais elaborado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

Vale ressaltar que, como o déficit refere-se ao setor público não-financeiro, exclui o resultado dos bancos oficiais, tais como o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal (CEF) ou o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – a não ser que estes exijam uma capitalização com recursos do Tesouro.

Do montante de variação da dívida total que equivale ao **resultado nominal** das NFSP, retira-se o que foi devido a pagamento dos juros da dívida e obtém-se o **resultado primário**, que tem sido objeto das metas fiscais a partir do acordo com o FMI, de 1998.

Tendo em vista o conceito de su-

perávit primário, cabe um esclarecimento sobre o impacto dos dividendos pagos pelas empresas estatais. Estas receitas, quando transferidas pelos bancos públicos, funcionam como uma entrada líquida de recursos, favorecendo diretamente o resultado primário do setor público consolidado. Isto, porque as empresas estatais financeiras, como o Banco do Brasil, a Caixa Econômica e o BNDES, não entram diretamente no cálculo das NFSP.

O Banco do Brasil, a CEF e o BNDES juntos foram responsáveis em média por 44% do total de dividendos recebidos pela União de 2000 a 2006

Quando consideramos os dividendos pagos por empresas estatais não-financeiras, como Eletrobrás e Petrobras, o efeito final no resultado primário é diferente. Ao contrário dos bancos, as empresas públicas do setor produtivo estão entre as entidades do setor público incluídas diretamente no cálculo das NFSP. Por conta dessa metodologia, o resultado dessas estatais integra automaticamente o superávit primário, independentemente do fato de ser ou não distribuído para o governo. A receita do Tesouro proveniente do pagamento de dividendos das empresas estatais não-financeiras não altera o resultado primário porque é compensada pela saída dos recursos do caixa destas empresas.

Tabela 1 - Pagamentos de Dividendos dos Bancos Públicos à União - part.% no total

PAGOS EM:	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006(*)
BANCO DO BRASIL	9,7	6,7	10,7	11,7	19,9	13,2	23,5
CAIXA	7,5	-	-	27,5	12,4	10,4	11,4
BNDES	21,5	24,2	16,2	15,8	6,1	29,4	31,6
SOMA 3	38,7	30,9	26,9	55,0	38,4	53,0	66,5

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Nota: (1) Acumulado de janeiro a agosto.

Por isso, para se avaliar a importância das transferências de dividendos para a União no resultado fiscal, o mais adequado é analisar a evolução dos dividendos pagos pelos bancos públicos.

A evolução dos dividendos pagos pelos bancos públicos

A desagregação dos dividendos pagos à União pelos três principais bancos públicos encontra-se na Tabela 1. O Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e o BNDES juntos foram responsáveis em média por 44% do total de dividendos recebidos pela União de 2000 a 2006.

De janeiro a agosto de 2006, destacou-se a participação dos repasses do BNDES de 31,6% do total de dividendos. O Banco do Brasil veio logo a seguir, com 23,5% do total, e registrou um expressivo crescimento de

sua participação no total de dividendos pagos à União, em relação aos 13% registrados em 2005.

Nesse mesmo período, o resultado primário do Governo Central atingiu R\$ 47,9 bilhões, ante os R\$ 46,9 bilhões em igual período de 2005. Em porcentagem do PIB, o superávit primário acumulado atingiu 3,59%, ante os 3,75% do mesmo período de 2005. Este menor número reflete, principalmente, a especificidade do ano de 2006 em relação aos outros. Devido a impedimentos aos gestores públicos previstos na legislação eleitoral, há uma sazonalidade diferente dos gastos: é prevista uma maior concentração das despesas no primeiro semestre do ano, ao contrário do que ocorre em anos quando não há eleições. Para poder dar conta desta situação e seguir em linha com a meta do superávit primário para o ano, o Governo Central pôde contar com o expressivo aumen-

to dos dividendos pagos pelos bancos públicos no período.

Esta fonte de recursos representa uma vantagem em relação a medidas tradicionalmente utilizadas de aumento de recursos que implicam um maior ônus tributário sobre a sociedade.

Por outro lado, as receitas adicionais com os dividendos foram importantes para que o Governo não fosse obrigado a fazer o ajuste por cortes que poderiam ter um impacto negativo sobre os programas sociais em andamento.

O aumento das transferências tem sido compatível com o desempenho financeiro dos bancos públicos nos últimos anos: é plenamente conhecido o aumento dos lucros destas instituições financeiras no período recente. O fato de estarem transferindo mais dividendos para o Tesouro não implica que esteja ocorrendo um estrangulamento de sua capacidade de financiamento.

No caso do BNDES, por exemplo, a transferência de lucros para a União caiu como proporção do lucro líquido da instituição: de uma média de 71% entre 1997 e 2002, para 63% de 2003 a 2005 – ver Tabela 2. O aumento dos dividendos em termos absolutos decorre da melhoria do desempe-

nho. O lucro líquido médio aumentou para R\$ 1,9 bilhão nos três últimos anos, em comparação aos R\$ 756 milhões nos seis anos anteriores.

Ademais, a classificação do aumento recente dos dividendos como receitas extraordinárias parece não ser a mais adequada. O desempenho dos bancos públicos nos últimos anos e a perspectiva de manutenção de crescimento do PIB brasileiro nos próximos anos levam a crer que estas instituições financeiras continuarão a registrar lucros expressivos no futuro. Vale ressaltar que a boa per-

formance financeira não se restringe aos bancos públicos: tanto os bancos priva-

dos quanto as empresas privadas vêm registrando altos lucros nos últimos anos. Isto reflete, em grande medida, o momento positivo pelo qual passa a economia brasileira – ver “Visão do Desenvolvimento n. 8”.

Considerações finais

Tendo em vista o compromisso com a responsabilidade fiscal dado pelo cumprimento das metas de superávit primário, o Governo tem utilizado da melhor forma possível os recursos a sua disposição.

As limitações impostas aos gestores públicos pela legislação

**De janeiro a agosto de 2006,
o BNDES respondeu por 31,6%
do total de dividendos
recebidos pela União**

obrigam a maior concentração das despesas no primeiro semestre de um ano eleitoral. O Governo pôde contar em 2006 com maior contribuição dos bancos públicos ao superávit primário, traduzida pelo aumento das transferências de dividendos para a União. Esta fonte de receitas representa uma vantagem pois não implica um maior ônus tributário sobre a sociedade.

O aumento das transferências tem sido compatível com o desempenho financeiro dos bancos públicos nos últimos anos, que tem se refletido nos altos níveis

de lucro. Ou seja, o fato de estarem transferindo mais dividendos para o Tesouro não implica que esteja ocorrendo um estrangulamento de sua capacidade de financiamento.

Vale destacar que a boa performance financeira não se restringe

O lucro líquido do BNDES aumentou para R\$ 1,9 bilhão nos três últimos anos, em comparação aos R\$ 756 milhões nos seis anos anteriores

aos bancos públicos, mas também se aplica aos bancos privados

e às empresas privadas - como foi apontado no "Visão do Desenvolvimento n. 8". Todos vêm registrando altos lucros nos últimos anos. Isto reflete, em grande medida, o momento positivo pelo qual passa a economia brasileira.

Tabela 2 - BNDES - Distribuição de Lucros à União

Exercício	Lucro Líquido	% Distribuído
1997	823	95
1998	810	95
1999	682	24
2000	867	61
2001	802	59
2002	550	95
Média 1997-02	756	71
2003	1.038	24
2004	1.498	85
2005	3.202	82
Média 2003-05	1.913	63

Fonte: BNDES



Se você quer receber os próximos números desta
publicação envie e-mail para
visao.do.desenvolvimento@bndes.gov.br.